



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO N° 037 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

DISCIPLINA A VOTAÇÃO ELETRÔNICA NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL EM CARÁTER EMERGENCIAL DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, aprova e eu promulgo a seguinte,
RESOLUÇÃO

Art. 1º A Câmara Municipal de Conceição de Macabu – RJ, por sua Mesa Diretora disciplina a situação excepcional de votação eletrônica no Plenário Rozendo Fontes Tavares, em virtude da pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde.

Art. 2º Enquanto perdurar a pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde relativa à COVID-19, as votações do Plenário poderão ser feitas eletronicamente em Plenário Virtual.

Art. 3º O sistema excepcional de Plenário Virtual implicará votações por meio eletrônico, adotando-se sistemas de telemática e informática capazes de, simultaneamente, permitir que:

I - cada um dos Excellentíssimos Senhores Vereadores possa votar remotamente a partir de sua residência;

II - os demais Excellentíssimos Senhores Vereadores possam ver e escutar o pronunciamento e o voto do Membro do Parlamento que esteja a votar;

III - a presidência da Sessão do Plenário Virtual seja exercida a partir da Câmara Municipal – Prédio Paulo Ribeiro de Azevedo, nos termos do Regimento Interno, sendo o presidente auxiliado pelo primeiro Secretário ou na sua ausência pelo segundo Secretário;

IV - a produção e manutenção de arquivo eletrônico das Sessões do Plenário Virtual que deverão ser arquivadas pela Secretaria Geral.

Parágrafo único. O sistema de Plenário Virtual jamais impedirá as votações presenciais, isto é, se algum dos Excellentíssimos Senhores Vereadores decide comparecer ao Plenário Rozendo Fontes Tavares da Câmara Municipal, durante a realização da Sessão eletrônica, a fim de pronunciar-se e votar terá o mesmo direito.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto houve a decretação de pandemia – COVID 19.

Conceição de Macabu - RJ, 02 de abril de 2020.

Marco Antonio Oliveira da Silva
Presidente

José Saturnino Barcelos
1º Vice-Presidente

José Messias dos Santos Alves
2º Vice-Presidente

André Luiz de Sousa Fernandes
1º Secretário

Nathália Silveira Braga
2º Secretária

RESOLUÇÃO N° 038 DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Disciplina a redução do Expediente Administrativo da Câmara Municipal, e regulamenta o sistema de trabalho remoto, em decorrência da pandemia do Covid-19

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E :

Art. 1º Este Ato Normativo disciplina a redução do Expediente Administrativo da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, e regulamenta o sistema de trabalho remoto, em decorrência da pandemia do Covid-19.

Parágrafo Único: O expediente da Câmara em decorrência da pandemia do COVID-19, em decorrência dos decretos estaduais e municipais será:

- segunda-feira e quinta-feira das 11h00min até às 17h00min para o expediente administrativo e de 17h00min a 19h00min o expediente legislativo no Plenário, podendo ser estendido até o término da sessão ordinária;

- terça-feira, quarta-feira e sexta-feira das 8h00min às 13h00min.

Art. 2º Além da redução do expediente administrativo os servidores poderão exercer suas atividades laborais fora das instalações físicas da Câmara Municipal, na forma deste Ato Normativo, em regime denominado trabalho remoto.

Parágrafo único Caberá a cada Vereador definir a implantação e o formato do trabalho remoto nos seus respectivos Gabinetes, cabendo ao mesmo ao final do mês atestar o cumprimento da carga horária nos termos do artigo 23, §3º, inciso IV da Lei Municipal 1.583/2019.

Art. 3º Para os fins deste Ato Normativo, considera-se:

I - trabalho remoto - a atividade laboral executada, em parte ou em sua totalidade, em local diverso daquele estabelecido para a realização do trabalho presencial, mediante a utilização de tecnologias e informação e de comunicação;

II - unidade - o local de lotação do servidor, na Câmara Municipal;

III - servidor – todo agente que presta serviço ao Poder Legislativo Municipal, seja servidor efetivo, cedido, comissionado ou designado para o exercício de funções de confiança.

Art. 4º São objetivos do trabalho remoto:

I - aumentar a produtividade do trabalho;

II - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

III - reduzir o consumo de água, energia elétrica, papel, recursos tecnológicos e outros disponibilizados pela câmara;

IV - ampliar a possibilidade de trabalho para aqueles com dificuldade de deslocamento ou que necessitem de horário especial;

V - economizar tempo, custos e riscos de deslocamento dos servidores.

Art. 5º É requisito para a adesão ao regime de trabalho remoto a manutenção da capacidade plena de atendimento da unidade aos públicos externo e interno.

§ 1º O limite máximo de servidores em regime de trabalho remoto na Parte Administrativa será definido pelo Diretor-Geral para cada setor, mediante ordem de serviço a ser expedida e fixada no átrio da Câmara Municipal.



Art. 6º Terão prioridade para a adesão ao trabalho remoto os seguintes servidores:

- I – tenha idade superior a 60 anos;
- II - com deficiência ou mobilidade reduzida;
- III - que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência;
- IV – doença crônica que o classifique como grupo de risco;
- V - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;
- VI - que atendam aos requisitos legais para concessão de licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro e;
- VII – que o trabalho administrativo desenvolvido possa ser feito fora das da dependência física da Câmara sem prejuízo das atividades legislativas.

Parágrafo único O Diretor Geral promoverá o revezamento, sempre que possível, de servidores interessados em participar do trabalho remoto, observando o § 1º do art. 5º.

Art. 7º Compete ao Diretor Geral da Câmara:

- I - definir o plano de trabalho;
- II - acompanhar a execução do plano de trabalho e agendar reuniões, quando necessárias;
- III - propor, a qualquer momento, alteração no plano de trabalho ou nas metas de desempenho;
- IV - controlar o cumprimento das metas e a produtividade individual no período;
- V - encaminhar ao final da vigência ou em eventual prorrogação desta Resolução, memorando ao Setor de Recursos Humanos, declarando o cumprimento das obrigações atribuídas ao servidor submetido ao regime de trabalho remoto, o qual terá efeito de atestação de presença ao trabalho.

Art.8º São deveres do servidor em regime de trabalho remoto:

- I - cumprir as metas previamente estabelecidas;
- II - manter os dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;
- III - prover, às suas custas, as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, para realização do trabalho remoto;
- IV - exercer suas atividades independentemente de comando específico, sempre atento às comunicações que lhe forem formalmente encaminhadas, devendo, para tanto, consultar diariamente a sua caixa de correio eletrônico institucional;
- V - manter o dirigente da unidade informado, por meio de mensagem eletrônica a ele encaminhada, de forma periódica e sempre que demandado, sobre a evolução do trabalho, apontando eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;
- VI - comunicar ao dirigente da unidade a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;
- VII - comparecer as dependências da Casa Legislativa nas datas e horários acordados e sempre que convocado;
- VIII - zelar pelo sigilo de dados e informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias.

§ 1º As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 2º É vedado ao servidor fazer uso, divulgar ou facilitar a divulgação de informações obtidas a partir de seu trabalho.

§ 3º O descumprimento dos deveres que lhes são impostos, sujeitará o servidor a processo disciplinar.

Art. 9º Poderá haver retorno do servidor ao trabalho presencial em virtude de:

- I - solicitação do servidor;
- II – escala de serviço em decorrência da necessidade de atendimento das atividades legislativas em atendimento ao interesse público.

III - descumprimento dos deveres previstos no art. 8º

Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Conceição de Macabu - RJ, 02 de abril de 2020.

Marco Antonio Oliveira da Silva
Presidente

José Saturnino Barcelos
1º Vice-Presidente

José Messias dos Santos Alves
2º Vice-Presidente

André Luiz de Sousa Fernandes
1º Secretário

Nathália Silveira Braga
2º Secretária

PORTARIAS

PORTARIA Nº 107/2020 EM 03 DE ABRIL DE 2020.

EXONERAR DAS - III

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o PROCESSO protocolado nº 3646/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR**, a pedido, a Servidora Estatutária **SANDRA REGINA ALVES DOS SANTOS**, Professora de 1º ao 5º ano, matrícula nº 4625417 do Cargo em Comissão de Assessor Especial, Símbolo DAS-III, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 03 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

CLAUDIO EDUARDO BARBOSA LINHARES
Prefeito

PORTARIA Nº 108/2020 EM 03 DE ABRIL DE 2020.

EXONERAR DAS - V

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o PROCESSO protocolado nº 3639/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR**, a Pedido, o Servidor **JOÃO CARLOS PEREIRA RANGEL**, matrícula nº 4627199 do Cargo em Comissão de Chefe de Serviços de Parques e Jardins, Símbolo DAS-V, vinculado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Limpeza Pública de Conceição de Macabu, a partir de 03 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2020, revogadas as disposições em